



Universidade São Judas de Tadeu
Campus: Santo Amaro

Augusto Allan de Oliveira Sousa
Raquel Araújo
Thais Nascimento Schwenck

**ANÁLISE DO REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO NO BRASIL E CRÍTICAS AO
MODELO**

São Paulo
2023

Augusto Allan de Oliveira Sousa
Raquel Araújo
Thais Nascimento Schwenck

ANÁLISE DO REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO NO BRASIL E CRÍTICAS AO MODELO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de graduação em
Ciências Econômicas da Universidade
São Judas Tadeu, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof Me Vladimir Sipriano Camillo

São Paulo
2023

Agradecemos primeiramente ao nosso orientador, Vladimir Sipriano Camillo a cuja orientação, apoio e insights foram fundamentais para a conclusão deste trabalho. Sua dedicação e orientação foram essenciais para o nosso crescimento acadêmico, emocional e compreensão ao longo deste período dedicado aos estudos. Seu apoio foi essencial para nossa jornada acadêmica.

Agradecemos a Deus, pela proteção, saúde e a oportunidade da realização desse trabalho. Agradecemos às nossas famílias que nos apoiaram até aqui.

E agradecemos a todos da instituição que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Não andem ansiosos por coisa alguma, mas em tudo, por meio da oração e da súplica, com ação de graças, apresentem os seus pedidos a Deus. *Filipense 4:6*

Resumo

O objetivo específico deste artigo é analisar o Regime de Metas de Inflação e as críticas existentes ao modelo. Para atingi-lo o artigo foi dividido em duas partes. Na primeira foi construída uma revisão bibliográfica sobre o Regime de Metas de Inflação, a Curva de Phillips, política monetária, regra de Taylor e neutralidade da moeda. Na segunda parte foram analisados alguns artigos científicos sobre o objeto da pesquisa através da corrente de pensamento pós-keynesiana.

Segundo a corrente pós-keynesiana, o RMI não é capaz de antecipar o surgimento da inflação, como resultado de uma ação tardia, para conter a inflação é necessário elevar a taxa de juros para reduzir a demanda agregada, o que gera impacto sobre o crescimento e desemprego. Além disso, estudos que analisaram o efeito da Curva de Phillips no Brasil não foram capazes de comprovar a relação inversa entre inflação e desemprego.

Palavras chave: Regime de Metas de Inflação, Curva de Phillips, Crescimento Econômico

Subject

The specific objective of this article is to analyze the Inflation Targeting Regime and the existing criticisms of the model. To achieve this, the article was divided into two parts. In the first, a bibliographical review was constructed on the Inflation Targeting Regime, the Phillips Curve, monetary policy, Taylor rule and currency neutrality. In the second part, some scientific articles on the research object were analyzed through the post-Keynesian current of thought.

According to the post-Keynesian current, the RMI is not capable of anticipating the emergence of inflation, as a result of late action, to contain inflation it is necessary to raise the interest rate to reduce aggregate demand, which has an impact on growth and unemployment. Furthermore, studies that analyzed the effect of the Phillips Curve in Brazil were not able to prove the inverse relationship between inflation and unemployment.

Key words: Inflation Targeting Regime, Phillips Curve, Economic Growth

Introdução

A inflação elevada prejudica o poder de compra da população e gera instabilidade econômica, impactando negativamente os investimentos, incentivando a fuga de capital e dificultando o comércio local. Esta situação afeta não apenas as empresas, mas também a vida das pessoas, que se veem constantemente lidando com o aumento dos preços sem um correspondente ajuste salarial. Dada a magnitude desses impactos no bem-estar social, compreender o funcionamento da inflação, a eficácia das ferramentas de controle e o modo como esses métodos afetam o crescimento econômico torna-se crucial. O Regime de Metas de Inflação (RMI), implementado em 1999 após um período de alta inflação no país, é uma dessas ferramentas.

No entanto, não há consenso na comunidade econômica sobre sua eficácia como regime de controle inflacionário mais apropriado. Atualmente, o Banco Central do Brasil utiliza a taxa de juros Selic como principal ferramenta de política monetária para controlar os preços na economia, ajustando-a conforme as expectativas de inflação futura, levando em consideração variáveis como o nível de desemprego. A relação entre desemprego e inflação, baseada na teoria da Curva de Phillips, sugere um trade-off entre esses dois indicadores. Este artigo explora as características fundamentais do modelo de metas de inflação, incluindo a Curva de Phillips, Política Monetária, Regra de Taylor e Neutralidade da Moeda.

Além disso, analisando estudos pós-keynesianos que demonstram resultados semelhantes no controle da inflação entre países que adotaram e não adotaram o RMI, destacando a possível influência do nível de desenvolvimento econômico. A abordagem segue inicialmente com a explicação da Curva de Phillips e outros conceitos fundamentais do modelo de metas, seguido por uma análise da aplicabilidade desse regime no contexto brasileiro. Na segunda parte, examinamos os resultados de estudos sobre a dinâmica do RMI e seus efeitos no crescimento econômico.

O método utilizado para elaboração do artigo foi a pesquisa bibliográfica, desenvolvido através da revisão de dissertações, teses, monografias e artigos científicos que exploram o tema do Regime de Metas de Inflação e impactos sobre o produto. A parte inicial foca na análise teórica das características do RMI, na segunda parte é feita a análise dos resultados obtidos pelos autores estudados com base no cenário brasileiro.

1 Revisão bibliográfica

O artigo aborda o Regime de Metas de Inflação, e os possíveis impactos ao crescimento econômico.

No primeiro módulo, aborda sobre os quatro modelos de metas, sendo eles: A Curva de Phillips, política monetária, regra de Taylor e moeda neutra. Aborda na sequência a aplicabilidade de cada modelo de meta no Brasil.

Já no segundo módulo, é apresentada a crítica Pós-Keynesiana, descrevendo o regime de metas no Brasil, como o modelo funciona e o que os críticos falam sobre o modelo.

1.1 Modelos de metas de inflação

No modelo de metas, dentre as várias características, algumas se destacam: 1 Curva de Phillips; 2 Política monetária; 3 Regra Taylor; 4 Moeda neutra.

A Curva de Phillips é um conceito econômico que descreve uma suposta relação inversa entre inflação e desemprego. No entanto, ao longo do tempo, essa teoria tem enfrentado diversas controvérsias. Uma teoria importante relacionada a isso é a das "expectativas racionais". Nessa teoria, as expectativas das pessoas em relação à inflação são consideradas racionais e baseadas em toda a informação disponível. Isso implica que se a população antecipar um aumento na inflação, elas tomarão decisões que afetarão diretamente a taxa de inflação atual (AGUIAR, 2015)

Em resumo, a teoria das expectativas racionais na Curva de Phillips enfatiza o papel crucial das expectativas das pessoas na determinação da inflação e no funcionamento da economia. Essas expectativas influenciam diretamente as decisões relacionadas a salários e preços, afetando, assim, a relação entre inflação e desemprego representada pela Curva de Phillips.

Segundo FRIEDMAN, a curva de Phillips entre o desemprego e a inflação só era válida a curto prazo, no longo prazo não funcionava. (FRIEDMAN, 1968, apud. AGUIAR, 2015).

Já ROBERT LUCAS, não era contra a curva de Phillips, mas, criticava a base de abordagem apenas em dados anteriores, essas abordagens não levariam em conta, políticas futuras que levam a possíveis erros na previsão de inflação e desemprego. (MARQUES, 1987, apud SOUSA, 2019).

O Brasil adotou o RMI em 1999 para conter um cenário de hiperinflação que assolou a economia entre as décadas de 80 e 90. Junto ao novo modelo, foi adotado o Tripé Macroeconômico, baseado em: metas de inflação, câmbio flutuante e equilíbrio das contas

públicas. O arcabouço teórico do tripé está amparado pelo consenso macroeconômico que preponderou até a crise de 2008. (NASSIF, 2015)

A condução da política monetária contemporânea está inserida no contexto do Moderno Consenso Econômico, onde o principal objetivo é controlar a inflação, considerando-a como um fenômeno ligado à moeda. Assim, a taxa de juros é o principal instrumento usado pelo banco central para estabilizar a inflação a longo prazo, reconhecendo seu impacto na demanda agregada a curto prazo. No entanto, a longo prazo, as variáveis reais são influenciadas principalmente pelo lado da oferta, como a flexibilidade no mercado de trabalho.

Quem conduz a política monetária é o Banco Central, a principal ferramenta de condução em um modelo de metas de inflação é a Taxa de Juros. Os bancos centrais que adotam metas de inflação tentam antecipar cenários futuros. Em vez de conduzir a política econômica visando o crescimento econômico, baixo nível de desemprego e estabilidade dos preços, focam exclusivamente no controle da inflação. Para atingir tal objetivo, se valem da análise de diversos indicadores econômicos (BOGDANSKI et al., 2000).

John B. Taylor determinou um modelo matemático econométrico em 1933 que gerou a descrição da política monetária, considerando os pesos para o afastamento do hiato do produto, como da inflação, assim como determinou quais deveriam ser os principais preceitos norteadores do Federal Reserve (FED) para condução da política monetária em busca de atingir a maior estabilidade econômica possível. Dentre as orientações, pode-se apontar que (i) não há trade-off permanente entre inflação e desemprego; (ii) em contrapartida, há um trade-off entre inflação e desemprego no curto prazo, portanto, a política monetária deve considerar a demanda agregada para prevenir flutuações no produto real e inflação; (iii) o produto potencial considera tecnologia como endógena e (iv) a política monetária deve ser conduzida de forma a reagir aos eventos econômicos através da taxa de juros de curto prazo. (FERNANDES, 2023)

Na visão ortodoxa, a neutralidade da moeda justifica a prioridade do controle dos preços em detrimento ao crescimento econômico, pois, como a moeda é neutra, o crescimento do produto não é percebido como muito comprometido, tendo impacto no máximo de forma transitória. Além disso, para essa corrente de pensamento, o que garante a neutralidade da moeda é um sistema de mercado eficiente, com concorrência perfeita, informações simétricas e preços flexíveis. Todavia, para os pós-keynesianos, no sistema financeiro atual, grupos econômicos impedem a concorrência perfeita e geram pressão inflacionária. Eles reconhecem que o remédio ortodoxo (aumento da taxa de juros) pode conter a inflação, porém, como a moeda não é neutra, produz desemprego. (MOLLO, 2004).

1.2 Aplicabilidade do modelo de metas no Brasil

Para verificar a aplicabilidade da Curva de Phillips na economia Brasileira foram feitos estudos com dados de inflação e desemprego, mesmo apontando uma relação a longo prazo, não foi confirmado a relação inversa entre a taxa de inflação e taxa de desemprego. Em uma análise a curto prazo, verificou-se essa relação entre as duas taxas, mas infelizmente não sendo significativa.

No período de 2002 a 2012, foram recolhidos dados sendo eles taxa de inflação, taxa de inflação esperada e taxa de desemprego. A pesquisa resultou na existência da variável a longo prazo, mas não confirmou relação inversa entre as taxas. (VELOSO, 2013, apud AGUIAR, 2015).

No período de 2002 a 2005, (JASTROMBEK, 2016) aplicou o modelo da curva de Phillips no Brasil, com os dados da FGV (Fundação Getúlio Vargas) utilizando as taxas de desemprego das regiões metropolitanas do Brasil, porém, a estimativa não obteve conclusão. A Política monetária no Brasil é aplicada por meio do controle de taxa de juros selic, tendo a finalidade de controlar a inflação e estabilizar a economia. Apesar disso, a taxa de inflação possui níveis considerados altos e tem sido questionada sobre efetividade em lidar com choques reais na economia, críticos argumentam que ela pode prejudicar o crescimento econômico e que a inflação não é apenas um fenômeno monetário, mas também pode ser causada por fatores reais. Portanto, a aplicabilidade da política monetária no Brasil gerou muita controvérsia e debates sobre sua real eficácia em desafios econômicos e crescimento econômico sustentável do país.

A regra de Taylor, desenvolvida por John Taylor (1993), é uma ferramenta amplamente utilizada na formulação de políticas monetárias em diversos países, incluindo o Brasil. Essa abordagem sugere que as taxas de juros de um banco central devem ser ajustadas com base na inflação e no produto interno bruto (PIB) potencial. No contexto brasileiro, o Banco Central frequentemente considera essa regra ao definir suas políticas monetárias. Se a inflação estiver acima da meta estabelecida, a regra de Taylor sugeriria um aumento das taxas de juros para conter a pressão inflacionária. Por outro lado, se a economia estiver abaixo do potencial, a regra indicaria uma redução das taxas para estimular o crescimento.

No entanto, a aplicação direta da Além disso, a natureza diversificada da economia brasileira, com setores agrícolas, industriais e de serviços, pode requerer considerações adicionais na formulação de políticas monetárias, o que nem sempre se alinha perfeitamente com os parâmetros da regra de Taylor.

Em momentos de instabilidade política ou incertezas econômicas, a aplicação literal da regra de Taylor pode ser desafiadora, já que esses eventos muitas vezes demandam respostas que fogem do modelo padrão sugerido pela regra.

No entanto, mesmo com essas limitações, a regra de Taylor permanece como uma referência valiosa para os formuladores de políticas do Banco Central do Brasil. Ela fornece uma estrutura sólida e baseada em dados para considerar as relações entre taxas de juros, inflação e atividade econômica, embora a decisão final possa exigir ajustes e interpretações adicionais para se adequar à realidade específica do país.

Moeda neutra é baseada na teoria econômica de que uma moeda estável, que mantém seu valor ao longo do tempo, pode ser benéfica para a economia. (CARVALHO, 1991). No contexto do Brasil, a busca por uma moeda neutra implica em manter a estabilidade do valor da moeda nacional, o Real, de forma a minimizar as flutuações e preservar seu poder de compra ao longo do tempo. No entanto, a aplicabilidade direta desse conceito pode ser desafiadora devido a fatores intrínsecos à economia brasileira.

O Banco Central do Brasil tem como objetivo primordial manter a estabilidade dos preços, buscando controlar a inflação e, por consequência, preservar o valor da moeda. A ideia de uma moeda neutra se alinha com esse objetivo, mas sua aplicação enfrenta obstáculos complexos. Um dos principais desafios é a própria natureza da economia brasileira, que é suscetível a choques internos e externos. Por exemplo, flutuações nos preços das commodities, como o petróleo e alimentos, podem impactar a inflação no país, afetando indiretamente o valor da moeda. Além disso, questões fiscais, instabilidade política e variações cambiais também influenciam a estabilidade da moeda brasileira.

A política monetária desempenha um papel crucial na busca pela moeda neutra. O Banco Central utiliza instrumentos como a taxa de juros para controlar a inflação e, indiretamente, manter a estabilidade da moeda. Por exemplo, em momentos de pressão inflacionária, o Banco Central pode elevar as taxas de juros para conter o aumento de preços, buscando assim preservar o valor da moeda.

Contudo, a aplicabilidade da moeda neutra no Brasil pode ser questionada diante de eventos imprevisíveis, como crises econômicas ou pandemias, que impactam severamente a economia e desafiam a estabilidade da moeda. Em tais circunstâncias, medidas emergenciais podem ser necessárias, mesmo que momentaneamente prejudiquem a estabilidade da moeda, visando a recuperação econômica.

Um exemplo recente foi a crise desencadeada pela pandemia de COVID-19, na qual o Brasil implementou políticas econômicas expansionistas, com redução das taxas de juros e medidas de estímulo fiscal, afetando temporariamente a estabilidade da moeda em prol de preservar a atividade econômica e o emprego.

2.1 Crítica Pós-Keynesiana

Para condução da política monetária, há uma meta central de inflação com tolerância de 1,5% para mais ou para menos definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). No Brasil, quem define a taxa de juros é o Comitê de Política Monetária (Copom), formado pelo seu Presidente e diretores, que define, a cada 45 dias, a taxa básica de juros da economia – a Selic. A taxa de juros Selic é a referência para os demais juros da economia. Trata-se da taxa média cobrada em negociações com títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, registradas diariamente no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

O Banco Central (BACEN) é o responsável pela condução da política monetária brasileira, ele executa as diretrizes do CMN para garantir a estabilidade financeira e combater a inflação. O BACEN utiliza-se de três instrumentos para condução da política monetária - além da definição da Selic Meta, são eles: Open Market (mercado aberto), taxa de redesconto e depósito compulsório.

O Brasil tem adotado o RMI desde 1999, todavia, até os dias atuais, ainda possui média de inflação alta e consequentes taxas de juros também elevadas, impactando o crescimento econômico do país.

A neutralidade monetária, através das argumentações de muitos economistas de países em desenvolvimento como o Brasil, não aplica o uso devido a suas peculiaridades. Há condições econômicas e institucionais que são diferentes dos países desenvolvidos. Chegaram ao ponto de argumentar a possibilidade de influência da oferta monetária sobre as variáveis econômicas reais, com destaque à de curto prazo, devido aos preços, à rigidez salarial e a outros fatores.

A perspectiva pós-keynesiana faz uma abordagem crítica à disciplina da política monetária e a busca pelo controle do nível de preços sem levar em consideração o impacto sobre as demais variáveis econômicas. Embora aumentos na taxa de juros possam restringir a demanda e a produção, tendem a ter um efeito sobre a inflação menor do que o previsto, gerando um custo social significativo em termos de desemprego e PIB. (COLBANO et al., 2012).

Embora o *mainstream* reconheça pressões inflacionárias além da demanda, fundamentam suas políticas econômicas pela relação expressa da Curva de Phillips. O princípio é que toda inflação é explicada por pressão da demanda agregada, e no longo prazo, o produto seguirá em sua taxa natural, portanto, pressupondo a neutralidade da moeda no longo prazo, a autoridade monetária deve focar exclusivamente no controle do nível de preços. Todavia, a reação monetária pela manipulação da taxa de juros para cumprimento da meta de inflação está se traduzindo no estrangulamento das taxas de

crescimento da economia brasileira, além de impactar o produto potencial pelas baixas taxas de investimento. (MONTES, 2009)

Estudos econométricos concluem que os países que adotaram o RMI parecem ter sido bem-sucedidos em controlar a inflação; porém, os países que não adotaram o RMI parecem ter vivenciado o mesmo, dando a entender que seria um movimento natural de desinflação do período devido maior estabilidade global no nível de preços e menor número de choques na cadeia produtiva. A inflação média, entre 1999 e 2005, foi de 8,2% ao ano. É interessante analisar que, nesse período, o Brasil teve uma das maiores taxas de juros do mundo, ainda assim, a inflação média é considerada elevada. Como possíveis causas, os autores argumentam que países emergentes estão mais suscetíveis a grandes variações na taxa de câmbio devido a choques exógenos e que, de modo geral, o RMI pode não funcionar de forma efetiva nos países em que choques de oferta e/ou externos predominam sobre choques de demanda. (ARESTIS et al., 2009)

Segundo observações, comparando o Brasil com os principais países emergentes dos anos 2000, Rússia, China e Índia, verifica-se que o Brasil sendo o único entre eles a adotar o sistema de metas de inflação, apresenta a pior performance. A taxa média de crescimento do PIB para o período de 2000 a 2007 foi de 3,43% no Brasil, enquanto para China, Índia e Rússia, essa taxa foi significativamente mais elevada, alcançando respectivamente 9,97%, 7,13% e 7,0%, conforme dados do FMI. (SILVA, 2009)

Sartori estuda a fundamentação teórica e a abordagem empírica do RMI no Brasil, onde retrata a relação negativa entre o índice de preços e o PIB entre o período de julho de 1999 a dezembro de 2013. Em primeira análise, o aumento da taxa de inflação gera um aumento do PIB. Todavia, para controlar a inflação, a reação do BC é elevar a taxa de juros, reduzindo assim a demanda agregada na economia e gerando a redução do PIB. (SARTORI, 2009)

As taxas de juro têm um impacto significativo no crescimento económico. Exemplo, taxa de juros elevadas podem afetar o investimento e o consumo, desacelerando a economia, além disso, taxas de juro elevadas podem ter um impacto negativo economicamente, aumentando o custo do crédito e dificultando o acesso das empresas e dos indivíduos ao financiamento.

No entanto, é importante notar que o impacto das taxas de juro no crescimento económico pode variar dependendo das condições económicas e das políticas adotadas pelo governo. Em alguns casos, podem ser necessárias taxas de juro mais elevadas para controlar a inflação e manter a estabilidade económica. Por outro lado, taxas de juro baixas podem estimular o investimento e o consumo, mas também podem levar ao aumento da inflação e à instabilidade económica.

Alguns estudos foram feitos, utilizando dados de inflação e desemprego para avaliar a aplicabilidade da curva de Phillips para a economia brasileira.

Utilizaram a metodologia de Johansen para estimativa. De janeiro de 2002 a março de 2012. Os dados entre as variáveis, apontaram a existência de uma relação a longo prazo, mas, não há uma confirmação de uma relação inversa entre a taxa de inflação e a taxa de desemprego. Vale ressaltar que os dados foram coletados na base de dados IPEADATA (Instituto de Pesquisas Econômicas). IBGE e BACEN (Banco Central do Brasil), sendo a taxa de inflação (IPCA). Já no curto prazo, verificou-se essa relação, entre as duas taxas, mas não sendo significativa. Sendo assim, conclui que a curva de Phillips, não foi eficaz, pois não se concretizou. (VELOSO, 2013, apud. AGUIAR, 2015)

Em mais um dos estudos que teve como estrutura levantar dados como medida de inflação do IPCA, contendo como referência seis regiões metropolitanas no ano 2002 a 2009, tendo cada região divulgada o PME do IBGE, mesmo no curto prazo, para a economia brasileira, mostra e comprova que não existe trade-off entre o desemprego e a inflação. (SACHSIDA, 2009 apud AGUIAR, 2015).

Considerações finais

Amplamente debatido, o regime atual é defendido pela Escola Novo-clássica em que estabelece alguns pilares como por exemplo, o princípio de que a política de metas de inflação é o objetivo principal da autoridade monetária. Em contrapartida, os economistas pós-keynesianos surgem com uma abordagem complementar ao regime, trazendo à luz uma nova discussão sobre a efetividade do modelo e seus possíveis efeitos no produto da economia.

O RMI se mostrou capaz de controlar a inflação se comparado aos modelos anteriores que se propunham a congelar preços e fixar uma taxa de câmbio, todavia, com a elevação da taxa de juros para conter a inflação, cria-se um cenário de redução da demanda agregada, gerando reflexos sobre o PIB e desemprego.

A falta de uma política econômica que leve em consideração o controle de nível de preços em consonância ao desenvolvimento econômico provoca resultados maléficos para a economia do país. Além disso, de acordo com os estudos abordados no trabalho, não há um consenso de que o RMI é a política econômica mais eficaz para o controle da inflação, com países em desenvolvimento que não adotaram tal diretriz tendo resultados melhores, tanto na estabilidade de preços na economia, quanto no crescimento econômico.

Outro ponto a ser considerado é que, a teoria que sustenta o RMI estabelece a efetividade da Curva de Phillips, porém, estudos que utilizaram a metodologia de Johansen

para estimar a Curva de Phillips sobre a economia brasileira não obtiveram confirmação da relação inversa entre inflação e taxa de desemprego.

O regime de metas de inflação adotado no Brasil é considerado eficaz no controle da inflação, de acordo com Mariana Luciano Sartori. É destacado pela autora, a estabilidade da inflação no Brasil depois da realização do regime pelo Banco Central, com pequenas exceções em alguns períodos. Além de apresentar análise empírica de relações macroeconômicas e maior controle da inflação. É preciso melhorar o gerenciamento, que por consequência fez o desenvolvimento ficar abaixo das expectativas.

Sob esse prisma, o Regime de Metas de Inflação revelou uma visão complexa e multifacetada, se por um lado tem potencial de reagir ao aumento da inflação para a convergência da meta, por outro, o remédio utilizado - elevação da taxa de juros - gera resultados indesejados sobre demais variáveis econômicas.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Fernando Amaral de. **O Regime de Metas de Inflação: uma análise do caso brasileiro**. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Economia, Brasília, DF, 2015.

ARESTIS, Philip; **DE PAULA**, Luiz Fernando; **FERRARI-FILHO**, Fernando. **A nova política monetária: uma análise do regime de metas de inflação no Brasil**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 1 (35), p. 1-30, abr. 2009.

BOGDANSKI, Joel; **TOMBINI**, Alexandre Antonio; **WERLANG**, Sérgio Ribeiro C. **Implementing Inflation Targeting in Brazil**. Banco Central do Brasil. Julho de 2000.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. **A Não-Neutralidade da Moeda em Economias Monetárias de Produção: A Moeda nos Modelos Pós-Keynesianos**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 11-40, jan.-abr. 1991.

COLBANO, Fabiano Silvío; **LOPES**, Mariana de Lourdes Moreira; **MOLLO**, Maria de Lourdes Rollemberg. **Metas de inflação, regra de Taylor e neutralidade da moeda: uma crítica pós-keynesiana**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 32, n. 2 (127), pp. 282-304, abril-junho/2012.

FERNANDES, Sarah Santos. Regra de Taylor: uma estimação de modelo para o Brasil no período de 2000 a 2020. Florianópolis, 2023. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Ciências Econômicas - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico.

JASTROMBEK, Lucas. A Estimativa da Curva de Phillips para Economia Brasileira no Período de 2002 a 2005. São Paulo, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Ciências Econômicas - Insper Instituto de Ensino e Pesquisa Faculdade de Economia e Administração

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Ortodoxia e Heterodoxia Monetária: a Questão da Neutralidade da Moeda. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 24, n. 3 (95), pp. 323-345, julho-setembro/2004.

MONTES, Gabriel Caldas. Política monetária, inflação e crescimento econômico: a influência da reputação da autoridade monetária sobre a economia. Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 237-259, ago. 2009.

NASSIF, André. As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 35, n. 3 (140), p. 426-443, jul./set. 2015

SARTORI, Marina Luciano. O regime de metas de inflação: fundamentação teórica e abordagem empírica para o Brasil. Araraquara, SP: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2014.

SILVA, Fabiana de Lima. O sistema de metas de inflação e a crítica pós-keynesiana: uma aplicação para o Brasil. São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

SOUSA, Gabriel Moura. Um Estudo Econométrico da Curva de Phillips na Economia Brasileira entre 2002 e 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Departamento de Teoria Econômica, Fortaleza, 2019.